

DOENÇAS INFECCIOSAS E PARASITÁRIAS: GUIA DE BOLSO. Secretaria de Vigilância em Saúde, Ministério da Saúde. Brasília: Ministério da Saúde; 2005. 320 pp.

ISBN: 85-334-1048-4.

Esta obra é especialmente dirigida aos médicos que necessitam obter, em sua prática do dia-a-dia, informações atualizadas sobre os aspectos clínicos, epidemiológicos e medidas de prevenção e controle das doenças infecciosas e parasitárias. Não obstante, trata-se também de uma publicação de grande importância para acadêmicos de medicina, internos e residentes, possibilitando a orientação adequada na tomada de decisões e o aprimoramento do aprendizado no ambiente da prática hospitalar, por ser um guia de fácil consulta.

Entende-se que a melhoria da qualidade da assistência médica, principalmente no que diz respeito ao correto diagnóstico e tratamento dos pacientes, associada ao encaminhamento e adoção das medidas de controle em tempo hábil, desempenha um papel importante na redução de uma série de doenças infecciosas e parasitárias. Nesta perspectiva, o principal propósito deste guia é divulgar para os profissionais de saúde orientações sintéticas das estratégias que devem ser adotadas para contribuir com este processo.

O livro nos traz, inicialmente, uma análise atualizada da situação epidemiológica das doenças transmissíveis no Brasil, definindo e caracterizando a presença de três grandes tendências: doenças transmissíveis com tendência declinante, doenças transmissíveis com quadro de persistência e doenças transmissíveis emergentes e reemergentes.

Dentre as doenças transmissíveis que apresentam uma tendência declinante, pode-se citar, além da varíola e da poliomielite que foram erradicadas respectivamente em 1973 e em 1989, o sarampo, cuja transmissão foi interrompida desde o final de 2000; o tétano neonatal, que vem apresentando taxas de incidência muito aquém da estabelecida para ser considerado eliminado enquanto problema de Saúde Pública (1/1.000 nascidos vivos); a raiva humana, que vem apresentando redução na incidência e concentração de casos transmitidos por animais domésticos, permitindo-se prever a sua próxima eliminação; a difteria, a coqueluche e o tétano acidental, que têm em comum o fato de serem imunopreveníveis; a doença de chagas, endêmica há várias décadas em nosso país; a febre tifóide, associada a condições sanitárias precárias; e a oncocercose, a filariose e a peste, todas com ocorrência em áreas restritas.

Dentre as doenças transmissíveis que apresentam um quadro de persistência, podem-se citar a tuberculose, apresentando resultados favoráveis na redução da mortalidade devido à disponibilidade de tratamento específico de alta eficácia; as hepatites virais, especialmente as hepatites B e C, em função das altas prevalências, da ampla distribuição geográfica e

do potencial evolutivo para formas graves que podem levar ao óbito; a leptospirose, apresentando grande relevância em termos de Saúde Pública, em função do grande número de casos que ocorrem nos meses mais chuvosos, bem como pela sua alta letalidade; as meningites, destacando-se as infecções causadas pelos meningococos B e C, que apresentam níveis importantes de transmissão e taxas médias de letalidade acima de 10%; as leishmanioses (visceral e tegumentar) e a esquistossomose, para as quais, além da manutenção de elevadas prevalências, tem sido observada expansão na área de ocorrência; a malária, que, em benefício das medidas adotadas pelo Plano de Intensificação das Ações de Controle da Malária, vem apresentando redução significativa de suas taxas de incidência; e, apesar da ampliação da área de transmissão para estados e municípios situados fora da área endêmica (Região Amazônica), a febre amarela, cuja incidência tem sido reduzida a partir do ano 2000 até o presente momento.

Enfatiza-se para as doenças transmissíveis com quadro de persistência a importância da integração entre as áreas de prevenção e controle e a rede assistencial, uma vez que um importante foco da ação nesse conjunto de doenças está voltado para o diagnóstico precoce e tratamento adequado dos doentes, visando-se à interrupção da cadeia de transmissão. Alguns fatores, externos às ações típicas do setor de saúde, como a urbanização acelerada sem adequada infraestrutura urbana, alterações no meio ambiente, desmatamento, ampliações de fronteiras agrícolas e processos migratórios, contribuem para a manutenção da endemicidade das doenças infecciosas e parasitárias, tornando implícita a necessidade de ações multisetoriais para corroborar a prevenção e o controle das doenças transmissíveis com quadro de persistência.

Dentre as doenças transmissíveis emergentes e reemergentes, discute-se a rápida disseminação da AIDS no Brasil, ocasionando um aumento evidente na ocorrência de uma série de outras doenças infecciosas, particularmente a tuberculose. Ressalta-se, no entanto, que a disponibilidade de novas drogas tem propiciado um aumento na sobrevida para os portadores da infecção pelo HIV. A despeito do pico endêmico da cólera em 1993, os esforços do sistema de saúde conseguiram reduzir drasticamente a sua incidência. Apesar do ambiente favorável para a disseminação e persistência desta doença, em vista da insatisfatória condição ambiental e sanitária em que se encontra parte da população. Em 2004, apresentou uma pequena produção de novos casos isoladamente na Região Nordeste. O dengue tem sido objeto de uma das maiores campanhas de Saúde Pública realizadas no Brasil. As dificuldades para a eliminação do mosquito domiciliado, transmissor da doença, o *Aedes aegypti*, têm exigido um esforço substancial do sistema de saúde. A circulação de um novo sorotipo, o DEN 3, propiciou um aumento na incidência de febre hemorrágica da dengue,

com conseqüente incremento da mortalidade por essa doença. A hantavirose, detectada pela primeira vez no Brasil em 1993, foi, posteriormente, declarada como doença de notificação compulsória, gerando um quadro mais nítido da realidade epidemiológica desta doença em nosso país, permitindo a adoção de medidas adequadas de prevenção e controle.

O livro, em seguida, nos traz alguns conceitos, funções e propósitos relacionados à Vigilância Epidemiológica, no âmbito das doenças transmissíveis.

São abordados em uma nova seção os sistemas de informação em saúde, enfatizando-se a sua importância em termos de Saúde Pública. Estes sistemas são desenvolvidos e implantados com o objetivo de facilitar a formulação e a avaliação das políticas, dos planos e programas de saúde, subsidiando o processo de tomada de decisões, a fim de contribuir para melhorar a situação de saúde individual e coletiva. São descritos, também, as áreas de ação específicas e os objetivos e fundamentações que norteiam a atuação do Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN), do Sistema de Informações de Mortalidade (SIM), do Sistema de Nascidos Vivos (SINASC), do Sistema de Informações Hospitalares (SIH/SUS) e do Sistema de Informações Ambulatoriais (SIA/SUS).

Nesta publicação é citado que a retro-alimentação dos sistemas de informações deve ser considerada como um dos aspectos fundamentais para o processo continuado de aperfeiçoamento, gerência e controle da qualidade dos dados. No entanto, não se encontram informações no texto relatando o nível percentual de cobertura dos respectivos sistemas de informações nas regiões brasileiras e o grau de confiabilidade dessas informações, critérios objetivos de extrema importância para o reconhecimento das pesquisas científicas no Brasil que utilizam as informações oriundas dos sistemas de informação em saúde.

Uma grande contribuição desta publicação centra-se na última seção do livro, designada *Doenças Infecciosas de Interesse para a Saúde Pública*, na qual se encontram aspectos atualizados relativos à epidemiologia, etiologia, manifestações clínicas, fisiopatologia, diagnóstico, tratamento e medidas preventivas para o controle de cada doença transmissível específica. Estas são abordadas individualmente de forma concisa segundo os tópicos supracitados, dando-se ênfase a informações de grande aplicabilidade prática, possibilitando, além do poderamento do conhecimento relativo às respectivas doenças e do auxílio na tomada de decisões, o aprimoramento do cuidado exercido aos pacientes na prática médica diária, visando-se o declínio das taxas de incidência de doenças transmissíveis e, consecutivamente, das taxas de mortalidade.

Tiago Pessoa Tabosa e Silva
Israel de Lucena Martins Ferreira
Faculdade de Medicina, Universidade Federal
do Ceará, Fortaleza, Brasil.
drtiagopessoa@yahoo.com.br

SAÚDE BUCAL COLETIVA: METODOLOGIA DE TRABALHO E PRÁTICAS. Dias AA, organizador.
São Paulo: Editora Santos; 2006. 365 pp.

ISBN: 85-7288-572-2

Lançada em 2006, esta publicação reúne 19 capítulos elaborados por 31 professores e profissionais, a maioria dentistas com atuação na Saúde Coletiva. A diversidade de temas e problemas abordados reflete diferentes faces do atual panorama da Saúde Bucal Coletiva brasileira. O leitor irá encontrar perspectivas distintas de tematização, desde aspectos ligados às áreas de conhecimento estruturantes da Saúde Coletiva até aspectos mais ligados aos assuntos típicos de disciplinas tradicionais como *Odontologia Preventiva*, desvelando o processo de renovação que atravessa a teoria e a prática da Saúde Bucal Coletiva em nosso país. Nesta esmerada coletânea, o leitor poderá compreender a evolução histórica da noção de saúde (capítulo 19) e da legislação federal que instituiu incentivo, com vistas à inclusão das equipes de saúde bucal na Estratégia Saúde da Família (capítulo 1). Nos capítulos 3 e 18, as diferentes experiências relatadas pelos autores oferecem substrato a distintas linhas de análise, revelando algumas das características do debate atual sobre os rumos das políticas de saúde bucal nos diferentes níveis de gestão do Sistema Único de Saúde. Mas, é nos capítulos 6, 13 e 16 que o leitor poderá conhecer alguns resultados de esforços investigativos envolvendo temas fundamentados nas Ciências Humanas e Sociais. Da Antropologia à aplicação das propriedades que compõem o conceito de bucalidade durante a senescência, passando pela valorização da experiência mais singular e subjetiva presente na reflexão sobre as perspectivas dos estudos sobre desigualdades e exclusão social, o leitor poderá vislumbrar produtos inéditos com enfoques renovados não abordados comumente na literatura científica da área. Aspectos epidemiológicos são sistematizados mais substancialmente nos capítulos 4, 14 e 15. Enquanto o primeiro deles diz respeito à evolução dos conceitos no estudo das doenças periodontais, incluindo aspectos relevantes sobre alguns fatores relacionados a sua distribuição, no segundo e no terceiro, eventos de interesse ligados, respectivamente, aos traumatismos decorrentes das diferentes formas de violência, e ao câncer de boca, são abordados em conexão com as características do Estado hodierno e das políticas públicas. No capítulo 10, princípios e operações básicas das práticas de vigilância sanitária em saúde bucal são descritos. Formação de recursos humanos com foco na odontogeriatria (capítulo 17) e nos fundamentos político-pedagógicos da graduação de dentistas (capítulo 2) e a pesquisa abordando substâncias contendo flúor (capítulo 9) são temáticas contemporâneas de extrema relevância tratadas no livro. Nos demais capítulos, distribuídos no miolo da publicação, os seguintes tópicos de *Odontologia Pre-*